



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº	10283.720710/2010-64
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	1401-004.751 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	17 de setembro de 2020
Recorrente	TECHNOS DA AMAZONIA IND E COMÉRCIO S.A.
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2006

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. CRÉDITO. LIQUIDEZ E CERTEZA. AUSÊNCIA.

Compete ao contribuinte o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito, cabendo a este demonstrar, mediante documentos, a liquidez e a certeza do crédito. Uma vez não comprovada a sua pretensão, não se reconhece o crédito nem tampouco se homologam as compensações requeridas.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2006

DESPESAS OPERACIONAIS. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA INSUFICIENTE.

A dedutibilidade das despesas operacionais depende de comprovação documental. A presunção de legitimidade da escrita contábil não é absoluta, ela requer o respaldo de documentação idônea que a confirme nos termos do art. 264 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda - RIR de 1999.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves - Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cláudio de Andrade Camerano, Daniel Ribeiro Silva, Carlos André Soares Nogueira, Luciana Yoshihara Arcângelo Zanin, Nelso Kichel, Letícia Domingues Costa Braga, Eduardo Morgado Rodrigues e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente).

Relatório

Trata o presente de Declarações de Compensação - DCOMP (v. e-fls. 09/14) através das quais a Contribuinte indicou como crédito restituível/compensável o Imposto Retido na Fonte sobre o recebimento de juros sobre o capital próprio – JCP durante o ano calendário de 2006. A PER/DCOMP recebeu o nº 20445.14984.221206.1.3.06-1641. O referido crédito, no valor de R\$89.294,93 foi compensado com débito de mesma natureza, decorrente de JCP pagos pela Recorrente a seus sócios/acionistas.

Consta da PER/DCOMP que as retenções efetuadas em benefício da Recorrente teriam sido realizadas durante todo o ano calendário de 2006, por diversas fontes pagadoras.

A Delegacia da Receita Federal de Manaus – DRF/Manaus, através do despacho decisório de e-fls. 74/77, não reconheceu o direito creditório e deixou de homologar a compensação haja vista que as retenções informadas na PER/DCOMP não teriam sido confirmadas na DIRF nem tampouco pelos documentos apresentados pela Contribuinte, mediante intimação, juntados aos autos às e-fls. 42/57.

Irresignada com o indeferimento de sua PER/DCOMP, a Recorrente apresentou a manifestação de inconformidade de e-fls. 87/94 através do qual alega, em apertadíssima síntese:

1. junta aos autos informe de rendimentos financeiros emitido pelo Banco do Brasil que identificaria as diversas fontes pagadoras de JCP, em especial a PETROBRÁS, que seria responsável pela retenção de R\$72.780,00, justamente os valores que não teriam sido reconhecidos pelo despacho decisório;
2. Tais retenções teriam sido lançadas na contabilidade, juntando aos autos para comprovar suas alegações cópia do Livro Diário, especialmente em sua folha de nº 82 e 285;
3. Também anexa informe de rendimentos e demonstrativo de posição acionária relativos aos JCP que teriam sido pagos pela empresa VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S/A, cuja retenção na fonte teria importado em R\$11.037,72; Também junta cópia do Livro Diário relativo ao mês de maio de 2006, que atestaria a contabilização de tais valores;
4. Igualmente, em relação à empresa CEMIG, alega ter juntado os documentos comprobatórios da retenção de R\$5.367,15.

A Manifestação de Inconformidade foi apreciada pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belém – DRJ/BEL, que proferiu o acórdão nº 01-31.434 – 1^a Turma, cuja ementa reproduzo abaixo:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Ano-calendário: 2005

PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO

beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o imposto devido poderá ainda ser compensado com o retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração de capital próprio, a seu titular, sócios ou acionistas.

**PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO.
UTILIZAÇÃO.**

crédito de IRRF a que se refere o caput que não for utilizado, durante o período de apuração em que houve a retenção, na compensação de débitos de IRRF incidente sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, será deduzido do IRPJ devido pela pessoa jurídica ao final do período ou, se for o caso, comporá o saldo negativo do IRPJ do trimestre ou ano-calendário em que a retenção foi efetuada.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

A decisão recorrida negou provimento à manifestação de inconformidade, pois teria verificado que os informes de rendimentos juntados aos autos referir-se-iam ao ano calendário de 2005, nos casos dos documentos emitidos pelo Banco do Brasil, Tractebel Energia, Brasil Telecom e Votorantim Celulose; já no caso da CEMIG, embora relativos ao ano de 2006, não estariam a indicar IRRF para o mês de junho, conforme fora declarado na PER/DCOMP.

Irresignada com a decisão retro, a Recorrente apresentou o recurso voluntário de e-fls. 161/169, onde repete todos os argumentos já expostos quando da manifestação de inconformidade.

Afinal, vieram os autos para a apreciação deste Conselheiro.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Luiz Augusto de Souza Gonçalves, Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e sua matéria se enquadra na competência deste Colegiado. Os demais pressupostos de admissibilidade igualmente foram atendidos.

A questão trazida à apreciação deste Colegiado é puramente probatória. Enquanto a Recorrente alega ter carreado aos autos todas as provas necessárias à caracterização do seu direito ao crédito, a Autoridade Julgadora *a quo*, ao contrário, entendeu que tais provas não

seriam passíveis de acatamento. Isso porque verificou que a parcela mais significativa do aludido crédito não se referiria ao ano calendário de 2006, e sim ao ano anterior. Também constatou a Autoridade Julgadora que no caso dos rendimentos recebidos da empresa CEMIG inexistiriam valores retidos em relação ao mês de junho de 2006, conforme indicado pela Contribuinte na PER/DCOMP.

O recurso voluntário repetiu os mesmos argumentos trazidos à época da manifestação de inconformidade, ressaltando que os documentos constantes dos autos seriam suficientes para provar o seu direito, especialmente os lançamentos contábeis, haja vista sua condição de “*prova pré-constituída da ocorrência dos lançamentos ali registrados, in casu, dos débitos de IRRF, à luz do art. 923, do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000/99)*”.

Não creio ter razão a Recorrente. Os documentos constantes dos autos não são suficientes para comprovar a retenção do IRRF incidente sobre os rendimentos de JCP declarados na PER/DCOMP. Vamos tomar para a nossa análise os valores mais relevantes, conforme assentado no próprio recurso voluntário.

Primeiramente, tratemos dos rendimentos pagos pela PETROBRÁS. Neste caso, vejam a forma como se manifesta a Recorrente em seu recurso:

Como se verifica na página 3 do PER/DCOMP em questão, constam 20 (vinte) valores referentes ao demonstrativo da constituição do crédito em questão, incluindo os relevantes valores que foram retidos pela PETROBRÁS, decorrentes do pagamento de Juros sobre Capital próprio, deliberados no ano-calendário de 2005. Estes valores se encontram declarados da seguinte forma:

“05. Mês: Janeiro
CNPJ da Fonte Pagadora: 33.000.167/0001-01
Valor do IR retido: R\$ 36.390,00

06. Mês: Março
CNPJ da Fonte Pagadora: 33.000.167/0001-01
Valor do IR retido: R\$ 36.390,00” (grifou-se)

Neste sentido, no documento “Informe de Rendimentos Financeiros” – Imposto de Renda – Ano-Calendário 2005, emitido pelo Banco do Brasil (anexado na Manifestação de Inconformidade), consta como beneficiária das ações a Technos da Amazonia Ind. e Com. Ltda, e as fontes pagadoras identificadas com a seguinte legenda:

Telemar Norte Leste S.A RJ (A)
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras (B)
Tele Norte Leste Participações S.A. (C)
Contax Participações S.A. (D).

No mesmo documento, no quadro “RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA” constam todos os rendimentos líquidos recebidos pela ora Recorrente a título de Juros sobre Capital Próprio das fontes pagadoras supramencionadas, estando 3 (três) deles vinculados à PETROBRAS:

*“Juros s/capital próprio (declarado – mês MARÇO) 103.105,00
Juros s/capital próprio (declarado – mês JUNHO) 206.210,00
Juros s/capital próprio (declarado – mês DEZEMBRO) 206.210,00”*

O documento a que se refere a Recorrente é o Informe de Rendimentos Financeiros de e-fls. 100, emitido pelo Banco do Brasil para o ano calendário de 2005. Aqui a primeira inconsistência das alegações recursais, justamente o ano calendário a que se refere o informe de rendimentos, pois foi este o motivo principal aventado na decisão recorrida para desconsiderar tal informação. A Recorrente não fez nenhuma contradita quanto a essa fundamentação, pois quero crer que se confundiu ao ler a decisão recorrida, dando-lhe interpretação equivocada, senão vejamos:

Agregando ao acima exposto, no sentido de que houve, obviamente, a retenção dos valores de R\$ 36.390,00 quando do recebimento das duas parcelas de Juros sobre o Capital Próprio em questão através da instituição financeira (Banco do Brasil), cumpre frisar que tais retenções foram devidamente lançadas no Livro Diário da ora Manifestante, como débitos. Livro este do ano-calendário de 2006 e não de 2005, como indevidamente alegou a Delegacia de Julgamento no acórdão recorrido.

Quer fazer crer a Contribuinte que a decisão recorrida teria se referido ao Livro Diário quando se manifestou a respeito dos documentos juntados aos autos referentes ao ano calendário de 2005. Mas não foi isso que ocorreu. Vejam a forma como a decisão recorrida se manifestou a respeito (v. e-fls. 147):

No caso específico, temos:

- 1- Não há coincidência entre as informações de créditos descritas na PERDCOMP 20445.14984.221206.1.3.06-1641 e as retenções contidas nas DIRFs em que a recorrente constava como beneficiária;
- 2- **Os informes financeiros de declarantes que constam anexos à Manifestação de Inconformidade são;**
 - Relativos ao Ano calendário de 2005, nos casos do Banco do Brasil, Tractebel Energia, Brasil Telecom e Votorantim Celulose; e
 - Companhia Energética de Minas Gerais, embora relativa ao Ano Calendário 2006, não indica Imposto retido na fonte para o mês de junho, conforme fora declarado na PER-DCOMP;

Também quer fazer crer a Recorrente “que houve, obviamente, a retenção dos valores de R\$36.390,00 quando do recebimento das duas parcelas de Juros sobre o Capital Próprio em questão através da instituição financeira (Banco do Brasil”). Não há nada de óbvio no caso, pois os documentos constantes dos autos não comprovam a retenção do IRRF incidente sobre os JCP que teriam sido recebidos pela Recorrente no ano calendário de 2006; ao contrário, diante do Informe de Rendimentos Financeiros emitido pelo Banco do Brasil tais rendimentos teriam sido recebidos em 2005 e não no ano de 2006.

Outra inconsistência das alegações da Recorrente diz respeito às parcelas que foram recebidas da PETROBRÁS a título de JCP. Vejam acima a informação constante do documento emitido pelo Banco do Brasil, onde consta o pagamento de 03 valores, a saber:

“Juros s/capital próprio (declarado – mês MARÇO) 103.105,00
Juros s/capital próprio (declarado – mês JUNHO) 206.210,00
Juros s/capital próprio (declarado – mês DEZEMBRO) 206.210,00”

Mas a Recorrente alega que recebeu apenas dois, justamente os que estão grifados acima, no valor de R\$206,210,00 que, segundo o referido documento, se refeririam aos meses de junho e dezembro. Entretanto, no parágrafo anterior, ao demonstrar os valores que teriam sido retidos, como vimos acima, os valores informados foram os seguintes:

“05. Mês: Janeiro
CNPJ da Fonte Pagadora: 33.000.167/0001-01
Valor do IR retido: R\$ 36.390,00”

06. Mês: Março
CNPJ da Fonte Pagadora: 33.000.167/0001-01
Valor do IR retido: R\$ 36.390,00” (grifou-se)

Então me veio a dúvida a respeito de quantos pagamentos foram recebidos, em quais meses foram quitados e quais valores deveriam ser aproveitados. Com os documentos acostados aos autos, aliado às confusas alegações da Recorrente, é impossível chegar a uma conclusão definitiva. Para reconhecer o crédito solicitado há que se ter certeza e liquidez da sua existência, o que no caso, convenhamos, está muito difícil de se confirmar.

Portanto, no caso dos alegados créditos oriundos da PETROBRÁS, não há como deferir a pretensão da Recorrente.

Em relação aos valores que teriam sido pagos pela empresa VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S/A, alega a Recorrente que o Informe de Rendimentos e Posição Acionária anexado à manifestação de inconformidade “deixa clara e expressa a retenção na fonte do valor de R\$11.037,72”. Trata-se do documento de e-fls. 105, que também se refere ao ano calendário de 2005, portanto, também não serve às pretensões da Recorrente.

Por último, cita a Recorrente os valores que teriam sido retidos pela empresa CEMIG, no importe de R\$5.367,15. O respectivo Informe de Rendimentos consta das e-fls. 104; comprova o pagamento de R\$17.693,26 a título de JCP, com retenção de R\$2.653,98, relativamente ao mês de janeiro de 2006. A decisão recorrida não reconheceu o referido crédito pois não há convergência entre o valor declarado na PER/DCOMP e o constante do Informe de

Rendimentos; também não há coincidência em relação ao mês em que teria sido pago o rendimento; na PER/DCOMP foi declarado o mês de junho/2006, enquanto no Informe de Rendimentos consta o mês de janeiro. O recurso voluntário é absolutamente silente em relação à motivação adotada pela decisão recorrida, portanto, voto por mantê-la incólume.

Além de não trazer nada de novo no recurso voluntário em relação à manifestação de inconformidade, a Recorrente insiste na tese de que os valores lançados na sua contabilidade, a exemplo dos registros constantes do Livro Diário que acostou aos autos às e-fls. 113/135, *“obviamente servem de prova pré-constituída da ocorrência dos lançamentos ali registrados, in casu, dos débitos de IRRF, à luz do art. 923, do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000/99)”*.

Ledo engano da Recorrente.

A presunção de legitimidade da escrita contábil não é absoluta, ela requer o respaldo de documentação idônea que a confirme nos termos do art. 264 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda - RIR de 1999. Não há como emprestar validade aos registros contábeis sem que estejam acompanhados de documentação coincidente em datas e valores, a lhe dar guarida. E não importa o valor objeto da exigência, tampouco o percentual ou a proporção que tal valor tem em relação aos registros contábeis. A contabilidade deve espelhar com exatidão os fatos que regem a situação econômica e financeira da entidade e essa exatidão se transfere aos documentos que lhe dão lastro.

Por todo o exposto, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)
Luiz Augusto de Souza Gonçalves